

37º Encontro Anual da ANPOCS

Seminário Temático 39:  
Neodesenvolvimentismo  
e conflitos ambientais urbanos e rurais:  
disputas por espaço e recursos  
entre classes e grupos sociais

Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo:  
duas faces da mesma moeda?

Bruno Milanez, UFJF  
Rodrigo Salles Pereira dos Santos, UFJF

# 1 Introdução

O objetivo do artigo é debater até que ponto o neodesenvolvimentismo, atualmente propagado como "estratégia de desenvolvimento" no Brasil, difere da trajetória neoextrativista, identificada em outros países da América Latina. Apesar de haver algumas diferenças entre os dois conceitos, ambos apresentam muitos pontos em comum. Por exemplo, a crença no crescimento ilimitado como via única do bem-estar, o entendimento do crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento, o foco na inserção internacional e a compreensão de Estado e mercado como instituições complementares. Além disso, a forma limitada como o neodesenvolvimentismo tem sido implementado no Brasil e as manifestações empíricas das políticas baseadas em suas premissas acabam por aproximá-lo ainda mais do neoextrativismo.

Apesar dessas semelhanças, algumas diferenças entre os dois paradigmas são mencionadas, devendo ainda ser mais detalhadas. Ao longo do texto, tratamos o neodesenvolvimentismo como um "paradigma ideopolítico"; nesse sentido, ele possui tanto dimensões analítico-descritivas, quanto normativo-propositivas. Dessa forma, diferentes autores explicitamente utilizam esse conceito como orientação para a elaboração de políticas públicas. Por outro lado, o neoextrativismo, até o momento, vem sendo identificado, principalmente a partir de um viés analítico-descritivo, ou seja, suas manifestações têm sido identificadas em políticas de diferentes países, embora não tenha ainda sido explicitamente adotado por nenhum país como referencial de elaboração de políticas públicas.

O artigo foi estruturado em três seções, além desta Introdução e de suas Considerações Finais. Primeiramente, o neodesenvolvimentismo é tratado como paradigma ideopolítico – ao lado do liberalismo, do desenvolvimentismo e do neoliberalismo. A referida noção permite articular: a dimensão ideal-normativa do fenômeno, via justificação e projeção do Estado e da firma como complementares e orientados à promoção do bem-estar nacional; e sua dimensão material-realista. Essa última é enfocada a partir de uma abordagem descritiva e analítica centrada nas políticas monetária, comercial, industrial e salarial.

A seção 3 discute o fenômeno do neoextrativismo a partir da ampliação da participação de bens primários e semielaborados na estrutura de comércio exterior latino-americana, de um lado; e da intenção explícita de utilização de parcela de suas receitas na redução da pobreza e da desigualdade. Sua emergência é relacionada à fragilidade institucional e à debilidade da estrutura produtiva regionais, assim como a mudanças sistêmicas na divisão internacional do trabalho. Ademais, vincula-o à reconfiguração do papel do Estado em termos do provimento de infraestrutura, da regulação do setor mineral e, por fim, de seu caráter distributivo ou compensador.

Parte-se, então, na seção 4, à discussão dos vínculos entre neodesenvolvimentismo e neoextrativismo a partir do caso brasileiro, caracterizado por um processo de

reprimarização da economia a partir dos anos 2000. Os argumentos em favor da convergência de ambos dizem respeito à identificação entre crescimento e desenvolvimento, à orientação financeiro-externa e ao protagonismo estatal. Além disso, apontam-se como principais inconsistências da efetivação do neodesenvolvimentismo no Brasil a resistência do núcleo dirigente da política monetária, a fragilidade da política industrial, e a estrutura mundial da indústria de bens de baixa intensidade tecnológica. Embora o exemplo brasileiro assuma caracteres distintos quanto à importância relativa do setor secundário na estratégia de desenvolvimento, acredita-se que venha se revestindo de um caráter incompleto ou às avessas.

Finalmente, a seção explicita, ainda, os efeitos da efetivação de um neodesenvolvimentismo às avessas. Assim, do ponto de vista econômico, discute-se a relação problemática entre bens naturais e crescimento econômico, sob o conceito de maldição de recursos. Mais importante, associa-se essa efetivação à ampliação dos impactos sociais e ambientais negativos e, conseqüentemente, a conflitos ecológicos distributivos. Estes tendem, por sua vez, a ser continuamente deslegitimados pelas premissas-chave do paradigma hegemônico, a saber, as do crescimento ilimitado e do interesse nacional.

## **2 O neodesenvolvimentismo**

### **2.1 Aspectos gerais**

Em trabalho anterior (DOERING; SANTOS, 2011), optou-se por definir o neodesenvolvimentismo como discurso e prática política emergentes no Brasil. De uma perspectiva empiricamente orientada, o termo permitia interpretar um conjunto de fenômenos relativos à transformação das relações entre Estado e capital no Brasil a partir do início dos anos 2000.

No entanto, de uma perspectiva teórica, torna-se necessário refletir adequadamente sobre seus conteúdos e formas. Uma das premissas orientadoras desta reflexão consiste no tratamento equânime das noções de liberalismo e desenvolvimentismo, e sobretudo, de suas versões contemporâneas, a saber, o neoliberalismo e o neodesenvolvimentismo. Uma segunda premissa, inspirada no trabalho já citado, mas também nos embates recentes em torno da definição de neodesenvolvimentismo, consiste na adoção da noção de paradigma ideopolítico (ALMEIDA, 2012).

Nesse sentido, liberalismo e desenvolvimentismo, neoliberalismo e neodesenvolvimentismo, constituem concepções ideal-normativas acerca das relações entre política e economia e seus agentes-chave: o Estado e a empresa capitalista. Apresentam-se, assim, como representações independentes das condições econômicas e sociopolíticas que as prefiguram. Conseqüentemente, podem assumir naturezas projetiva e/ou justificativa.

De outro lado, compreendidas como complexos políticos, tais noções expressam processos de embate na sociedade e no Estado que se materializam em resultados

econômicos. Dessa forma, expressam vínculos dinâmicos entre representações e posições na estrutura social, isto é, organizadas em torno da apropriação diferencial do produto social e, portanto, operam como mecanismos organizadores daqueles vínculos, orientando os agentes em contextos de disputa em torno de interesses.

A despeito de suas diferenças, esse conjunto de paradigmas ideopolíticos compartilha crenças quanto às noções de progresso como crescimento ilimitado (ALTVATER, 2002) e de nação como pacto interclassista. Mais especificamente, tais paradigmas orbitam em função dos papéis do Estado e da empresa capitalista na promoção do ‘bem-estar social’ – entendido como resultado do crescimento econômico.

Mais especificamente, a literatura recente vem acompanhando a emergência do neodesenvolvimentismo como fenômeno multifacetado, enfatizando suas dimensões econômicas, ideológicas, políticas e sociais. Grosso modo, a parcela desta literatura que ‘promove’ a noção (BRESSER-PEREIRA, 2004; SICSÚ; PAULA; MICHEL, 2007; BRESSER-PEREIRA, 2012) compartilha uma perspectiva normativa, ao concebê-lo como “estratégia nacional de desenvolvimento” (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 73) ou como “programa alternativo ao projeto neoliberal” (SICSÚ; PAULA; MICHEL, 2007, p. 508).

A premissa-chave é a de que o fenômeno representaria uma descontinuidade fundamental em relação à estratégia de crescimento neoliberal e um retorno seletivo, sob um contexto econômico global alterado, a formas de coordenação econômicas inspiradas no desenvolvimentismo. “O Brasil precisa de um novo desenvolvimentismo não porque o antigo fosse equivocado, mas porque encontra-se em um estágio diferente de desenvolvimento, vive uma nova realidade, e enfrenta novos desafios” (BRESSER-PEREIRA, 2004).

De outro lado, a literatura crítica acerca do fenômeno (ALMEIDA, 2012; CASTELO, 2012; GONÇALVES, 2012; SAMPAIO JR., 2012) problematiza, dentre outros, fatores, o caráter de ruptura pretendido, buscando, ao contrário, explicitar os elementos de continuidade entre neoliberalismo e neodesenvolvimentismo. A definição de neodesenvolvimentismo como versão do liberalismo enraizado ou compromisso liberal-mercantilista aponta nessa direção: “Nesse modelo procura-se o compromisso entre, de um lado, as diretrizes estratégicas do liberalismo (na realidade, o Modelo Liberal Periférico) e, de outro, a atuação ativa do Estado com foco na função estabilizadora” (GONÇALVES, 2012, p. 662).

Entretanto, argumenta-se aqui, na condição de paradigmas, liberalismo e desenvolvimentismo, neoliberalismo e neodesenvolvimentismo, estão alinhados em torno dos fenômenos do crescimento e do desenvolvimento econômico como vias de promoção do bem-estar social como projeto e justificativa das estruturas política e econômica. Nesse sentido, são caracterizados, essencialmente, pela função reprodutiva das relações sociais capitalistas (ALMEIDA, 2012, p. 692).

Assim, na concepção normativa, partindo da crença no crescimento ilimitado (reprodução ampliada) como via única do bem-estar social – premissa-chave compartilhada – Estado e mercado são vistos como instituições complementares. O Estado seria, portanto, o instrumento-chave da ação coletiva, idealizada como interesse nacional, resultante do pacto ou aliança interclassista. Assim, na próxima seção, são abordadas quatro expressões potenciais do Estado neodesenvolvimentista: as políticas de juros, de comércio internacional, industrial e salarial.

## 2.2 Algumas iniciativas

### 2.2.1 Política monetária

A importância do capital financeiro, compreendido como forma específica de valorização<sup>1</sup>, diz respeito, ao que Froud et al. (2000) e Williams (2000) definiram como uma mudança de era na forma da competição econômica mundial, isto é, como emergência, nos anos 1970, de um regime de acumulação caracterizado pela “concorrência universal de resultados financeiros, com os retornos sobre o investimento em uma firma explicitamente comparados com os de todas as outras, independentemente de produto e setor” (FROUD et al., 2000, p. 103).

Sob essa perspectiva deve ser entendida a manutenção da centralidade da política monetária<sup>2</sup> entre os períodos de predomínio do neoliberalismo e do neodesenvolvimentismo. Em realidade, a recomposição das condições de acumulação na economia brasileira passa pela política monetária e, fundamentalmente, pela taxa de juros, em detrimento da política comercial e da taxa de câmbio, como supõe Bresser-Pereira (2012).

O comportamento das metas e taxa de juros básica da economia<sup>3</sup> em ambos os períodos é bastante indicativo. O período neoliberal é caracterizado por duas etapas na evolução da taxa de juros – vista como instrumento único de enfrentamento do problema macroeconômico crucial, a inflação. Na primeira (1996-1999), a taxa SELIC apresenta comportamento brusco<sup>4</sup>, o que refletia sua instrumentalização no enfrentamento das crises de desvalorização cambial asiática (1997), russa (1998) e brasileira (1999). Na segunda etapa, por sua vez, observa-se ampla adequação entre meta e taxa, que oscila ao

---

<sup>1</sup> Gonçalves adverte acerca de suposição errônea da independência entre os setores financeiro e industrial como frações de classes distintas e identificáveis (GONÇALVES, 2012, p. 662).

<sup>2</sup> Em oposição ao argumento sustentado por Bresser-Pereira (2012), posicionando a taxa de câmbio no centro da teoria macroestruturalista do desenvolvimento. Em realidade, a referida assunção parte de uma premissa normativa, relativa à política comercial (externa) e à centralidade do capital industrial na regulação estatal da atividade econômica.

<sup>3</sup> A taxa de juros básica da economia brasileira é calculada, sob forma anual, como taxa média das operações de financiamento diárias no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), sendo lastreadas em títulos públicos federais e com compromisso de recompra e revenda (compromissadas). A taxa SELIC opera, então, como *benchmark* das taxas de juros de mercado, sendo suas metas estabelecidas pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

<sup>4</sup> Passando de 19,05% a 45,67% em outubro de 1997; de 25,49% a 40,18% em setembro de 1998; e, atingindo 44,95% em março de 1999.

redor dos 20% entre junho de 1999 e outubro de 2002. Seu período final, contextualizado pela ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) à Presidência da República, observa nova inflexão ascendente de ambas.

O período neodesenvolvimentista é caracterizado, diversamente, por oscilações menos drásticas e correspondência quase estrita de meta e taxa SELIC. Em seu início (jan./2003), a taxa se encontrava no patamar de 25,36%, oscilando entre 15,08% (abr./2004) e 19,75% (mai./2005). A oscilação descendente marca o período seguinte, e a obtenção do patamar de um dígito (9,16%), em junho de 2009, anunciava uma política anticíclica limitada e defasada em condições de crise sistêmica internacional. A taxa oscilou levemente entre jun./2010 (10,16%) e set./2011 (11,9%), enquanto o ano de 2012 foi marcado por consecutivas reduções de meta e taxa, chegando aos patamares de 7,25% (nov./2012) e 7,12% (mar./2012). No entanto, uma ascensão inflacionária limitada – 6,7% no acumulado de 12 meses contra 6,5% do teto da meta de inflação (CAMPOS, 2013) – voltou a provocar sua elevação, sendo a meta estabelecida em 8,5% e a taxa praticada de 7,9% (jul./2013).

Apesar da redução significativa, a taxa permaneceu elevada em comparação com a remuneração do capital no setor industrial, não permitindo, portanto, a necessária formação e orientação da poupança interna à reprodução ampliada do capital no setor produtivo – que se expressaria em estímulos contínuos e significativos à inversão na indústria.

### **2.2.2 Política de comércio exterior**

Não obstante, na concepção normativa-projetiva, o neodesenvolvimentismo operaria como uma estratégia de *catch up* industrial (OREIRO, 2012, p. 29), como no desenvolvimentismo – seja ele originário (alemão, japonês, etc.) ou tardio (latino-americano). No entanto, a reorientação neodesenvolvimentista consiste, fundamentalmente, no abandono da pretensão de independência produtiva em prol de formas dominantes de inserção na divisão internacional do trabalho (DIT), e que se traduzem na involução da estrutura setorial da economia nacional no sentido da perda relativa de complexidade, totalidade e conectividade. Apenas nesse sentido é que pode ser entendida a noção de ‘centralidade da taxa de câmbio’ (BRESSER-PEREIRA, 2012).

Um dos argumentos críticos essenciais da abordagem normativa ao paradigma desenvolvimentista diz respeito à problemática do financiamento da estratégia de desenvolvimento a partir do déficit em conta corrente, via empréstimos e investimento direto externo<sup>5</sup> – a qual produziria efeitos negativos encadeados, da apreciação monetária e salarial à redução das oportunidades de investimentos lucrativos (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 14-16).

---

<sup>5</sup> Nessa concepção, admitir-se-ia, equivocadamente, segundo Gonçalves (2012, p. 658), uma “relação positiva entre crescimento das exportações e crescimento da renda”.

Em realidade, a premissa da origem do capital<sup>6</sup> diz respeito, fundamentalmente, à segunda crença-chave dos paradigmas ideopolíticos: a ideia de nação. O problema nacional diz respeito, fundamentalmente, à formação de unidade em condições de diversidade estrutural. No âmbito dos paradigmas desenvolvimentista (ascensão, desenvolvimento, crise e superação) e neodesenvolvimentista (emergência), em particular, a definição de nação como compromisso interclassista assume destaque específico (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 70).

O epíteto nacional sintetiza, dessa forma, os elementos projetivo e justificativo da dimensão ideológica; diz respeito, então, ao problema da construção e manutenção dos fundamentos sociopolíticos da regulação do “sentido, [d]o ritmo e [d]a intensidade do desenvolvimento capitalista” (SAMPAIO JR., 2012, p. 674) no Brasil. O neodesenvolvimentismo constitui, assim, uma reconfiguração das relações entre classes e frações de classe, promovendo um “modo de regulação” (BOYER, 1990)<sup>7</sup> específico e adequado às formas de acumulação capitalista em território nacional – com ênfase no problema distributivo, discutido adiante.

Enquanto a segunda etapa da trajetória desenvolvimentista nacional caracterizou-se, fundamentalmente, pela consolidação da “hegemonia do grande capital” (ALMEIDA, 2012, p. 699) – tradicionalmente conceituada como tripé (EVANS, 1980), a inflexão neoliberal (1989-2002) representou uma adequação em termos de paradigma ideopolítico às novas bases econômicas da ascensão e consolidação de “uma subfração diretamente vinculada ao capital fictício” (ALMEIDA, 2012, p. 700).

O neodesenvolvimentismo, por sua vez, objetiva recompor as bases da acumulação a partir da promoção do segmento exportador da indústria nacional, vinculando-as à crítica da sobrevalorização da taxa de câmbio. O chamado “desenvolvimentismo exportador do setor privado” (BASTOS, 2012, p. 787), no entanto, conflita com o papel dominante do capital financeiro e da dívida pública no condicionamento da ação do Estado, e, portanto, da manutenção sobrevalorizada da taxa de juros. Na prática, a diretriz exportadora só pôde se efetivar ao nível das indústrias dotadas de vantagens comparativas, e particularmente, da indústria extrativa mineral.

### **2.2.3 Política industrial**

No que diz respeito à política industrial e tecnológica, Cano e Silva (CANO; SILVA, 2010, p. 6) assumem uma inflexão significativa. A partir de 2003, o Estado brasileiro teria se dedicado à construção de estruturas institucionais pró-industriais, embora

---

<sup>6</sup> Em âmbito histórico, o Golpe Militar de 1964 implicou na desconstrução da centralidade da origem do capital no financiamento do crescimento econômico nacional, elemento-chave em torno do qual se defrontaram as principais concepções políticas e posições econômicas durante a primeira etapa (1930-1964) da trajetória do paradigma desenvolvimentista.

<sup>7</sup> Além dos aspectos já referidos, Almeida (2012, p. 700-1) atribui, ainda, relevância à ampliação e redefinição do sindicalismo de Estado, à expansão do sistema pluripartidário e à ascensão de um partido popular – com a contrapartida da redução da política à dimensão eleitoral.

condicionadas pela política macroeconômica. Não coincidentemente, a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), de 2003, já estabelecia vínculos entre a reorientação da estrutura produtiva e a estratégia de crescimento *export-oriented*, a partir de setores prioritários (cf. Quadro 1). Estima-se que seus primeiros anos (2003-2006) tenham significado um volume de renúncia fiscal da ordem de R\$ 36,7 bilhões (idem, p. 9).

**Quadro 1: Divisões setoriais e definição de prioridades pelas políticas federais de apoio à industrialização**

PITCE (2003)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Setores estratégicos: bens de capital, fármacos, semicondutores, software.</li> <li>• Setores "portadores de futuro": biomassa/energias renováveis, biotecnologia, nanotecnologia.</li> </ul>
PDP (2008)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Setores de consolidação e expansão de liderança: aeronáutico, bioetanol, carnes, celulose/papel, mineração, petróleo/gás/petroquímica, siderurgia.</li> <li>• Setores para fortalecimento de competitividade: agroindústrias, automotivo, bens de capital, complexo de serviços, construção civil, couro/ calçados/ artefatos de couro, higiene/ perfumaria/ cosméticos, plásticos, indústria naval e cabotagem, madeira/ móveis, têxtil/ confecções.</li> <li>• Setores estratégicos: complexo industrial de saúde, tecnologias de informação e comunicação, energia nuclear, nanotecnologia, biotecnologia e complexo industrial de defesa.</li> </ul>
PBM (2011)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistemas produtivos: petróleo/gás natural, complexo da saúde, automotivo, aeronáutica/espacial, bens de capital, TICs e complexo industrial da defesa.</li> <li>• Sistemas intensivos em escala: químicos, fertilizantes, bioetanol, minero-metalúrgico e celulose e papel.</li> <li>• Sistemas intensivos em trabalho: plásticos, calçados/artefatos, têxtil/confecções, higiene pessoal/perfumaria e cosméticos, móveis, brinquedos e construção civil.</li> <li>• Agronegócio: carnes/derivados, cereais/leguminosas, café/produtos conexos, frutas/sucos e vinhos.</li> <li>• Serviços: comércio/serviços pessoais, logística e serviços produtivos.</li> </ul>

Fonte: (MDIC, 2003; 2008; 2011)

A retomada de estratégias verticais ou setoriais de planejamento centradas na expansão quantitativa (capacidade instalada) e qualitativa (inovação) da estrutura, desde o início, se encontrava atrelada à expansão das exportações. Nesse sentido, no paradigma



neodesenvolvimentista, a reorientação da estrutura produtiva é determinada pela inserção externa dominante – entendida a partir dos “setores onde o Brasil teria maior capacidade ou necessidade de desenvolver vantagens competitivas” (idem, p. 6-7)<sup>8</sup>.

Os anos subsequentes foram marcados pela ampliação de iniciativas institucionais e pela insuficiência de recursos. Em 2008, foi lançada a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), prevendo a renúncia fiscal da ordem de R\$ 21,435 bilhões (CANO; SILVA, 2010, p. 12). A política industrial ampliava então sua orientação vertical, compreendendo vinte e quatro setores econômicos.

Finalmente, em 2011, o Governo Federal lançou o Plano Brasil Maior (PBM), abrangendo o período de 2011 a 2014, e que manteve a vinculação entre políticas industrial e tecnológica e de comércio, agregando, ainda, uma nova política de serviços (MDIC, 2011, p. 7). As condições de surgimento do plano diziam respeito, fundamentalmente, à redução da participação da indústria doméstica nos mercados interno e externo em face da oferta chinesa e da sobrevalorização cambial. Finalmente, a eleição de quinze setores econômicos a serem beneficiados com um ‘pacote’ de desoneração tributária e incentivos creditícios da ordem de R\$ 60,4 bilhões em 2012 apenas reforça a referida diretriz.

#### **2.2.4 Política salarial**

Enfim, a ideia de pacto ou aliança interclassista representaria, ainda, uma reconfiguração importante do regime distributivo do paradigma neodesenvolvimentista. Embora a função distributiva do Estado neodesenvolvimentista esteja, efetivamente, compreendida no âmbito das políticas fiscal (tributação) e de rendas (política salarial), é um elemento da política social *lato sensu* que vêm assumindo centralidade analítica, tanto da vertente promotora quanto da crítica ao fenômeno. Assim,

*O Estado se encarregava de implementar políticas sociais (algumas delas de forte caráter compensatório), ao mesmo tempo em que estimulava as atividades do grande capital e, em diversos casos, do médio, inclusive – e esta é uma importante diferença em relação ao governo FHC – na atividade produtiva. Em ambas as frentes, o resultado foi o aumento do emprego e da renda dos setores mais pauperizados, ao mesmo tempo em que, no bojo de um extraordinário processo de acumulação de capital em tempos de crise nos centros hegemônicos do capitalismo, o apoio aberto ou discreto do conjunto da quase totalidade das frações burguesas ao governo Lula ampliou-se, especialmente a partir de 2006 (ALMEIDA, 2012, p. 701).*

No que concerne à política de rendas e, em especial, às diferentes políticas salariais que informa(ram) os paradigmas neoliberal e desenvolvimentista, pode-se afirmar que entre 1994 e 2002, a triplicação do salário mínimo significou, efetivamente, a redução do poder de compra dos trabalhadores em 9,26%, considerando o arrocho preparatório a

---

<sup>8</sup> É ainda, relevante, refletir sobre o destino dos recursos, grandemente orientados para o financiamento das exportações, em detrimento do financiamento dos investimentos e, sobretudo, a resistência do Ministério da Fazenda à introdução de mecanismos de equalização de juros no crédito para investimento (CANO; SILVA, 2010, p. 10).

implantação da Unidade Real de Valor (URV), em março de 1994<sup>9</sup>. A recomposição inacabada da perda salarial configurou o restante do período neoliberal.

Por sua vez, uma elevação de ordem similar nos salários nominais entre 2003 e 2012<sup>10</sup> representou uma ampliação de 44,89% do salário mínimo real. Nesse sentido, a política salarial no paradigma neodesenvolvimentista representa uma nova inflexão positiva na trajetória histórica da apropriação da renda nacional.

Nesse momento, existe um debate em curso, que contrapõe as abordagens crítica e normativa em torno da natureza desta repartição, seja como distribuição da renda do trabalho, seja como distribuição funcional da renda (GONÇALVES, 2012; SICSÚ, 2013). Embora foco de divergência, o regime distributivo da renda nacional e as políticas que incidem sobre ele, ainda em aberto, tornaram-se elementos cruciais de seu entendimento. No entanto, são as políticas de renda e salarial que permitem, de forma problemática, definir a ação do Estado brasileiro entre 2003 e 2012 como neodesenvolvimentista ou desenvolvimentista distributiva (cf. BASTOS, 2012).

### **3 O neoextrativismo**

#### **3.1 Aspectos gerais**

Gudynas (2009; 2012a) define o neoextrativismo como um modelo de desenvolvimento focado no crescimento econômico e baseado na apropriação de recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção internacional subordinada. No modelo proposto pelo autor, o Estado tem um papel ativo, buscando sua legitimação por meio da apropriação e redistribuição de parte da renda gerada, apresentando afinidades com a emergência de governos autodefinidos como progressistas (GUDYNAS, 2012a, p. 130).

A ideia de neoextrativismo corresponderia a uma reconfiguração do extrativismo, conceito cunhado para definir um conjunto de estratégias de desenvolvimento ancoradas em um grupo de setores econômicos que removem um grande volume de recursos naturais para comercialização após nenhum ou quase nenhum processamento. O conceito normalmente se refere a atividades desenvolvidas em enclaves<sup>11</sup> e voltadas à exportação.

---

<sup>9</sup> Em janeiro, o salário real correspondia a R\$ 383,75, tendo decrescido, após dois meses, para R\$ 291,86.

<sup>10</sup> Foram instituídas dez leis e decretos federais com vistas ao reajuste do salário mínimo no período delimitado como neodesenvolvimentista, desde a Lei nº 10.699/2003, fixando seu valor nominal para o território nacional em R\$ 240,00 até o Decreto nº 7.655/2011. O Decreto 7.872/2012 estabeleceu o novo patamar em R\$ 678,00.

<sup>11</sup> O conceito econômico de enclave remonta à definição proposta por Cardoso e Faletto (1970), acerca da vigência de “núcleos de atividades primárias controladas de forma direta pelo exterior” (Idem, p. 46), separados dos demais núcleos de atividades econômicas, compreendidos, por sua vez, como ‘interiores’. A cisão fundamental remete às oposições entre internacional x nacional, moderno x tradicional, dentre outras. No entanto, as referidas oposições devem ser entendidas a partir de sua complementaridade funcional, de modo que o enclave, particularmente o de tipo mineiro, que nos interessa em especial, separa e une, assimétrica e dialeticamente, setores e subsetores econômicos, economias nacionais e regionais, e, principalmente, populações e territórios. O enclave diz respeito a espaços econômicos, políticos e sociais antitéticos, localizando-se em um deles, mas referindo-se ao outro – e pertencendo a ambos.

Apesar de o paradigma do extrativismo ser comumente aplicado à extração de recursos minerais e do petróleo, ele também pode ser associado a atividades agrárias, florestais e de pesca (ACOSTA, 2011; GUDYNAS, 2012a; 2012b).

O conceito do neoextrativismo foi definido principalmente em referência a países da América Latina, embora possa ser também aplicado a outras regiões. Um possível resultado das atuais políticas adotadas por países tidos como neoextrativistas seria o aumento da participação de bens tipicamente extrativos, minérios e combustíveis, na pauta de exportação de alguns países latino-americanos. Por exemplo, entre 2001 e 2011 houve um crescimento significativo da importância destes produtos nas exportações dos países da região. Na Bolívia, passaram de 40% para 78%, no Brasil de 12% para 30% e no Chile de 42% para 62% (UNCTAD, 2012)<sup>12</sup>.

O paradigma neoextrativista tem sido caracterizado como a combinação de algumas práticas tradicionais desses países com elementos inovadores. Ao resumir suas principais características, Gudynas (2009; 2012a) acredita que o neoextrativismo seria uma versão contemporânea do desenvolvimentismo e apresenta, assim, o crescimento econômico como forma de superação da desigualdade social – e que, em sua roupagem recente, se identifica com o financiamento de programas sociais. Neste contexto, os setores extrativistas se manteriam como um pilar da “obsessão pelo crescimento” (ALTVATER, 2002). Além disso, o Estado deixaria de ter como função apenas a manutenção de regras que garantissem o funcionamento dos processos produtivos e passaria a ter um papel protagonista nas atividades extrativas.

Gudynas (2012a) comenta, porém, que essa estratégia tenderia a promover a competição entre os países por investimentos estrangeiros e intensificaria a redução da qualidade de vida, graças à flexibilização das normas trabalhistas e ambientais, bem como aprofundaria a fragmentação territorial por meio da formação de novos enclaves de produção. Nesse sentido, o neoextrativismo seria um indutor de uma “corrida para o fundo” (*race to the bottom*).

### 3.2 A construção do neoextrativismo

De certa forma, o neoextrativismo é produto de diferentes aspectos que caracterizam as institucionalidades constituídas na região. Para Acosta (2011), a existência da riqueza natural e as crises econômicas recorrentes na América Latina consolidaram uma mentalidade rentista, bem como práticas clientelistas e patrimonialistas. Essas particularidades teriam dado origem a instituições democráticas frágeis e facilmente corrompíveis, que voltam a se reorganizar dentro do contexto neoextrativista.

---

<sup>12</sup> A Argentina acompanhou a tendência dos demais países entre 2000 e 2006; porém, a partir de 2007 a participação desses bens se reduziu consideravelmente, possivelmente devido ao processo de redução da produção de petróleo no país e que obrigou o Estado a reorientar a produção para o mercado interno (REUTERS, 2013).

A dependência do extrativismo para garantir o crescimento econômico na região foi questionada com mais ênfase a partir dos anos 1950, quando foi proposto o modelo de industrialização via substituição de importações. Naquele momento, eram criticados os padrões de comércio internacional, sendo salientados os termos de troca desiguais. Como alternativa, era defendida a substituição da importação de produtos industriais básicos, por meio da constituição de infraestrutura produtiva. Procurava-se implementar esta mudança por meio do endividamento externo, de investimentos diretos internacionais e da intervenção do governo. Essa intervenção poderia ocorrer por meio de empresas estatais, na forma de subsídios e da infraestrutura necessária ao surgimento das novas indústrias (SIKKINK, 1991).

Apesar dos resultados obtidos nos anos 1950 e 1960, o modelo de industrialização via substituição de importações, que já vinha apresentando enorme desgaste ao longo da década de 1970, com endividamento externo e déficit comercial crescentes, tornou-se insustentável com a elevação das taxas de juros internacionais em 1979, resultante da nova política monetária restritiva norte-americana (MATTEI; SANTOS JÚNIOR, 2009, p. 107). O vínculo de dependência, dramaticamente rememorado, entre as economias nacional e mundial, se expressou em uma grave crise financeira nos anos 1980, impulsionando a reorientação da estrutura e da estratégia econômicas para o pagamento da dívida, se refletindo em baixas taxas de crescimento ao longo de todo o período.

Esse processo, aliado a mudanças no cenário internacional, resultou em uma forte reação contra o modelo em vigor e induziu uma guinada neoliberal a partir dos anos 1990 (BARTON, 2006). A maioria dos países da América Latina, então, passou por um processo de rápida redução do tamanho do Estado, entrada de capitais transnacionais, abertura comercial e privatização de empresas públicas. No caso da mineração, importantes estatais foram privatizadas, como a Cia. Vale do Rio Doce (CVRD) e a Minerero Peru.

Ainda nesse período, o foco no mercado interno foi reduzido e retomou-se a preocupação com o “crescimento para fora”, de tal forma que a exportação voltou a ser vista como “nova” estratégia de desenvolvimento (BARTON, 2006). Todavia, o processo de inserção internacional foi marcado pela baixa competitividade dos produtos industrializados regionais, o que levou os países a, novamente, se apoiarem na exportação de produtos intensivos em recursos naturais, onde ainda possuíam vantagens comparativas. Com relação ao mercado mineral, nesse momento ocorreu um grande aumento da participação destes países na oferta internacional; no final dos anos 1990, a região passou a responder por mais de 25% da produção mundial de bauxita, 45% de cobre e 29% de estanho.

Dessa forma, o período neoliberal levou a uma especialização da região na comercialização de produtos intensivos em recursos naturais, que permitiam a entrada de divisas necessárias à importação de bens intensivos em tecnologia (SCHAPER; VÉRÈZ, 2001). Por exemplo, Albavera (2004) identifica um aumento na exportação de minérios

muito acima do aumento da participação de refinados. O autor menciona como emblemático o caso da bauxita, cuja produção em mina representava 26% do total mundial, enquanto a produção de alumínio primário ainda girava em torno de 8%. O mesmo comportamento foi identificado com o cobre, sendo produzido 45% do minério e apenas 26% do metal refinado.

A partir dos anos 2000, a região passou por novas mudanças de rumo, com a chegada ao poder de governos identificados como progressistas. Assim, entre as lideranças regionais encontravam-se Hugo Chávez (Venezuela, 1998), Ricardo Lagos (Chile, 2000), Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil, 2003), Evo Morales (Bolívia, 2005), Tabaré Vázquez (Uruguai, 2005), Rafael Correa (Equador, 2006) e Fernando Lugo (Paraguai, 2008). No novo contexto, ocorreram diferentes graus de ruptura das estratégias adotadas anteriormente; enquanto alguns aspectos da política neoliberal foram mantidos, outros foram revistos, conformando o que viria a ser caracterizado como neoextrativismo, de modo geral (GUDYNAS, 2012a), ou como neoextrativismo progressista, mais especificamente (GUDYNAS, 2009)<sup>13</sup>.

A partir desta análise, o que se percebe é que o paradigma neoextrativista não é uma completa inovação institucional, mas sim uma combinação de aspectos historicamente enraizados na paisagem econômica e política latino-americana. Apesar dos elementos novos, o modelo de desenvolvimento se constitui pela apropriação e releitura de elementos característicos de períodos passados.

Nesse sentido, os governos progressistas instalados na região pouco questionaram o papel das indústrias extrativas na busca do desenvolvimento nacional. Ao contrário, buscaram criar novos argumentos para justificar sua adoção. Em primeiro lugar, talvez o argumento mais comumente usado seja que as atividades extrativas minerais são de “interesse nacional”, ou “interesse público” (ALBAVERA, 2004), ou ainda, são “o que a maioria quer” (GUDYNAS, 2012a). Todavia, esse é um dos argumentos mais vagos e frágeis, uma vez que raramente este interesse é especificado ou explicitado. Um segundo argumento, também normalmente apresentado, e com uma visão essencialmente utilitarista da natureza, afirma que os países latinoamericanos possuem enormes riquezas que “devem” ser aproveitadas e não podem ser “desperdiçadas” (GUDYNAS, 2012b).

Outro grupo de justificativas utilizadas para embasar o neoextrativismo parte da defesa do crescimento econômico. Dentro dessa perspectiva, as atividades extrativas são vistas

---

<sup>13</sup> A despeito dos vínculos materiais e simbólicos entre políticas redistributivas (amplas, moderadas ou limitadas) que caracterizam a emergência de governos de esquerda e centro-esquerda na América Latina, de um lado; e da difusão de estratégias de crescimento econômico ancoradas na exploração intensiva e extensiva de bens naturais (BRIDGE, 2004), a influência estrutural dos mercados de *commodities* e das formas de acumulação baseadas em recursos nos anos 2000 se exerceu de modo generalizado na política continental. Desse modo, os autores optam por definir o neoextrativismo de modo amplo, considerando-o a partir de dois eixos, a saber, a centralidade da exploração de bens naturais e a ampliação do papel do Estado – operadas inclusive por governos de direita e centro-direita, como no Chile, no Peru e no México – nas estratégias de desenvolvimento. Não obstante, a redistribuição assume relevância analítica como variável dependente.

como “geradoras de riqueza”, sendo importantes elementos para o combate à pobreza e à desigualdade. Nesse sentido, o discurso pode apresentar as vantagens da geração de emprego, obtendo apoio de sindicatos e outros movimentos sociais, como também fonte de renda para ser distribuída para grupos específicos. Uma variação, em escala local, do discurso do crescimento econômico, diz respeito às indústrias extrativas como “vetores de desenvolvimento”. Essa argumentação é utilizada principalmente nos projetos de enclave, devido à construção de infraestrutura, bem como à possibilidade da geração de empregos formais em regiões de economias de subsistência (GUDYNAS, 2012a).

Essa preocupação com a defesa do neoextrativismo se intensifica em um momento em que as *commodities* primárias apresentam elevado preço no mercado internacional, devido à demanda dos países asiáticos, em particular da China (BEBBINGTON, 2009; CACCIAMALI; BOBIK; CELLI JR., 2012). Esse contexto internacional tem sido determinante para o significativo aumento da participação da renda extrativa<sup>14</sup> no PIB dos países da América Latina; enquanto essa participação variou entre 0,3% e 0,8% do PIB mundial entre 1970 e 2009, no caso da América Latina a participação cresceu de 1,0% para 2,5% no mesmo período.

### 3.3 O papel do Estado no modelo neoextrativista

Talvez a principal ruptura do modelo neoextrativista com o período neoliberal esteja relacionada ao papel desempenhado pelo Estado. Por um lado, ele retoma algumas das atribuições definidas pelo modelo de substituição de importações e, por outro, recebe novas responsabilidades propostas pelos governos progressistas. Neste novo contexto, tais governos liberalizam e protegem dinâmicas próprias do capitalismo, se abstendo de tomar decisões que possam colocar em risco processos de acumulação (GUDYNAS, 2012a). Dentre essas atribuições, podem ser listados o apoio à internacionalização de empresas nacionais, a adaptação da legislação para estimular a extração dos recursos naturais e, principalmente, a compensação por meio de políticas de transferência de renda.

O apoio à internacionalização de algumas empresas nacionais vem se dando por dois instrumentos principais: o suporte financeiro e a construção de infraestrutura. No caso do suporte financeiro, a concessão de empréstimos já foi amplamente utilizada no passado. No caso brasileiro, esse papel vem sendo desempenhado especialmente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que têm aportado grande quantidade de recursos a um seleto grupo de empresas atuantes em setores intensivos em bens naturais, tais como o grupo JBS-Friboi, e diretamente extrativos, como a Vale S.A. (GUDYNAS, 2012a). De forma geral, no período entre 2002 e 2012, a participação dos setores de óleo e gás, mineração e energia saltou de 54% para 75% da carteira da BNDES

---

<sup>14</sup> A renda mineral é definida como a diferença entre o valor de produção de um mineral a preços mundiais e seu custo total de produção. Os minerais considerados neste cálculo são estanho, ouro, chumbo, zinco, ferro, cobre, níquel, prata, bauxita e fosfato.

Participações S.A. (BNDESPar)<sup>15</sup>; e se forem incluídos, ainda, os setores de papel e celulose e alimentos (particularmente proteína animal), a concentração sobe para 89% (TORRES; GÓES, 2013).

Ao mesmo tempo, a ideia do Estado como responsável pelo fornecimento de infraestrutura para o desenvolvimento das atividades econômicas não é uma novidade na região. Em grande parte, o modelo de substituição de importações já propunha essa estratégia. Entretanto, enquanto originalmente se defendia a construção de infraestrutura que consolidasse o mercado interno, no neoextrativismo a prioridade é dada ao escoamento da produção para o abastecimento do mercado internacional. Dessa forma, grande importância é dada à logística e muito se fala nos “gargalos da produção”, nos “índice de competitividade” dos países e, no nosso caso, no “custo Brasil”. No contexto latino-americano, tem grande importância a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), que é definida por Bebbington (2009, p. 13) como uma rede de rodovias, hidrovias e portos capaz de “abrir” o continente; no caso específico do Brasil podem ser implicadas as obras associadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Uma segunda atribuição que vem sendo desempenhada pelos governos progressistas diz respeito à reconfiguração da regulação legal do setor extrativo. As modificações aí envolvidas representariam uma continuidade das reformas realizadas nos anos 1990, quando muitos dos países alteraram regimes regulatórios nacionais associados aos bens naturais para favorecer a implantação de grandes empresas e a institucionalização de seus direitos de propriedade (SCOTTO, 2011). Entretanto, na fase neoextrativista, essas mudanças teriam como objetivo garantir ou ampliar a participação do Estado na apropriação da renda extrativa. Estratégias de tal natureza têm se mostrado eficazes, uma vez que, em todos os países da região o Estado possui o domínio absoluto dos recursos minerais e combustíveis, lhe cabendo conceder permissões para sua exploração econômica (ALBAVERA, 2004).

Por fim, o maior diferencial sobre a atuação do Estado dentro do paradigma do neoextrativismo seria o que Gudynas (2012a; 2012b) convencionou chamar de “Estado compensador”. Ao assumir este papel, o Estado se propõe a implantar programas de combate à pobreza a partir da distribuição de recursos fiscais. Em alguns casos, como o Bono Juancito Pinto (Bolívia), esses programas são diretamente vinculados à captura de renda extrativa. Segundo o autor, essa seria uma das principais diferenças entre governos neoextrativistas e rentistas clássicos, nos quais as receitas eram exclusivamente capturadas por elites locais. No caso do Brasil, embora não haja conexão direta entre a renda extrativa e programas sociais como o Programa Bolsa Família (PBF), a legitimação para intensificação das atividades extrativas vem se dando por meio da vinculação da renda capturada pelo Estado na forma de *royalties* a investimentos em educação, tanto no

---

<sup>15</sup> A BNDESPar é uma subsidiária integral do BNDES, com vistas à gestão de sua participação social em empreendimentos públicos e privados, prioritariamente constituídos sob a legislação nacional.

caso do petróleo (FOLHA ONLINE, 2012), quanto na proposta do novo marco legal da mineração (BARROCAL, 2013).

#### **4 Rebatimento empírico do neodesenvolvimentismo e do neoextrativismo no Brasil**

No Brasil, o debate sobre neoextrativismo é embrionário. Como o país possui uma estrutura produtiva mais complexa e um perfil comercial distinto do restante da América Latina, sua população raramente o identifica como um país extrativo (BARTON, 2006). Porém, estudos empíricos indicam que, nos últimos anos, ao invés de uma economia diversificada, complexa e funcionalmente integrada, centrada no dinamismo do setor secundário, conforme defendido pelo neodesenvolvimentismo, observa-se um movimento de insulamento de setores econômicos e redes ou cadeias de produção de alta competitividade – intensivos em recursos naturais – e o ‘desaparecimento’ de outros, o que se traduz em simplificação, tendo como eixo dinâmico os segmentos de *commodities* primárias. Dessa forma, nesta seção, não apenas verificamos as semelhanças conceituais entre os dois paradigmas, como também avaliamos até que ponto a reprimarização da pauta de exportação brasileira não estaria aproximando o país de um perfil mais neoextrativista. Mais do que isso, olhando para além dos efeitos econômicos, argumentamos que os impactos socioambientais de iniciativas baseadas em princípios neodesenvolvimentistas baseados em setores de baixa intensidade tecnológica, como no caso do Brasil, se aproximam muito dos impactos criados por decisões de cunho neoextrativista.

Conforme descrito na seção 3.2, tanto o neodesenvolvimentismo e o neoextrativismo desenvolvem-se como uma resposta (ou evolução) do momento neoliberal pelo qual Brasil e América Latina passaram entre meados da década de 1980 e início dos anos 2000. Da mesma forma, ambos os paradigmas acabam por manter ou recuperar princípios de outros períodos, conforme sistematizado no Quadro 2.

Tendo como origem comum, a resposta ao neoliberalismo, os dois conceitos apresentam muitos pontos convergentes. Por exemplo, ambos estão calcados no entendimento do crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento e na dependência deste crescimento da vantagem comparativa gerada pela extração (e beneficiamento, no caso do neodesenvolvimentismo) de recursos minerais. Além disso, tanto os países identificados com o neoextrativismo quanto o Brasil desenvolvem uma forte orientação financeiro-externa, com foco na inserção internacional e entendem o Estado como um ator protagonista na tentativa de buscar competir no mercado global, por meio de empresas estatais ou semi-estatais.



**Quadro 2: Paradigmas ideopolíticos no contexto brasileiro**

	<b>Liberalismo (1889-1930)</b>	<b>Desenvolvimentismo (1930-1945) (1945-1985)</b>	<b>Neoliberalismo (1985-2002)</b>	<b>Neoextrativismo (2003-)</b>	<b>Neodesenvolvimentismo (2003-)</b>
<b>Definição</b>	Paradigma ideopolítico de não regulação	Paradigma ideopolítico de regulação integral	Paradigma ideopolítico de (des)regulação	Paradigma ideopolítico de regulação seletiva	
<b>Meios</b>	Especialização da estrutura produtiva como inserção externa vantajosa	Generalização da estrutura produtiva como industrialização	Especialização da estrutura produtiva como inserção externa competitiva		Especialização da estrutura produtiva como inserção externa dominante
<b>Orientação</b>	Agrícola-externa	Industrializante-interna	Bancário-externa	Financeiro-externa	
<b>Escala</b>	Nacional	Nacional	Internacional	Global	
<b>Resultados</b>	Estrutura produtiva monolítica	Estrutura produtiva complexa, completa e conexa	Estrutura produtiva simples, incompleta e desconexa		Estrutura produtiva semi-complexa, incompleta e conexa
<b>Papel do Estado</b>	Coadjuvante, apenas garantindo condições para atuação das empresas	Protagonista por meio de empresas estatais	Coadjuvante, apenas garantindo condições para atuação das empresas	Protagonista por meio de empresas estatais ou semi-estatais	
<b>Estratégia de combate à pobreza</b>	Não definida	Geração de emprego formal por meio da expansão da indústria	Programas de transferência condicionada de renda		Geração de emprego formal por meio da expansão da indústria
<b>Origem preferencial do investimento</b>	Internacional, ao nível das estruturas de financiamento e comercialização	Nacional Internacional	Internacional	Indiferente	Indiferente, com algumas posições favoráveis ao capital nacional

Fonte: Os autores

Apesar dessas semelhanças, as diferenças entre os dois paradigmas também devem ser destacadas. Nesse sentido, a principal questão seria o grau de verticalização industrial e de complexificação da pauta exportadora desenvolvidos para garantir a inserção no mercado internacional. Enquanto os países neoextrativistas dependeriam quase exclusivamente de bens primários, o neodesenvolvimentismo defenderia a industrialização de tais bens, antes de sua exportação. Ao mesmo tempo, as políticas sociais adotadas pelos dois sistemas também são diferenciáveis; se por um lado, o neoextrativismo é associado principalmente a políticas de transferência de renda, por outro lado, políticas neodesenvolvimentistas tendem a defender o aumento da mão de obra formal e a redistribuição de renda por meio do aumento dos salários.

Todavia, há fortes indicadores de que o caráter normativo-projetivo neodesenvolvimentista, explícito na proposta de “adoção de um regime de crescimento do tipo *export-led*, no qual a promoção das exportações de produtos manufaturados induz a aceleração do ritmo de acumulação de capital [...]” (OREIRO, 2012, p. 29), é contradito pela especialização regressiva da estrutura comercial. Portanto, esta estratégia de crescimento *export-led* precisa de maior qualificação. Assim, embora a orientação exportadora seja evidente na economia brasileira, ela vem se mostrando não industrial

Sendo assim, considera-se pertinente avaliar até que ponto podem ser identificadas “tendências” neoextrativistas na inserção internacional brasileira e se elas poderiam influenciar a economia como um todo. Estes sinais já vêm sendo discutidos por diferentes autores que estudam a reprimarização da pauta de exportação<sup>16</sup> e a inserção regressiva do Brasil no comércio internacional. Esses trabalhos buscam avaliar até que ponto a exportação de bens mais complexos e de maior valor agregado está perdendo espaço para a exportação de bens primários, agrícolas e minerais (cf. MILANEZ; HARGRAVE, 2010).

De forma geral, essa tendência foi identificada no início dos anos 2000 por Gonçalves (2001, p. 1), quando o autor definiu o processo de inserção regressiva como envolvendo “tanto a significativa perda de competitividade internacional da indústria brasileira, quanto o fenômeno da reprimarização da pauta exportadora”. Para esse autor, a pauta de exportação do Brasil passou por uma fase *upgrading* ao longo da década de 1980 e da primeira metade dos anos 1990, tendo tal comportamento sido invertido posteriormente. Naquele momento, tal processo foi explicado, principalmente, pela mudança na estrutura das exportações, representada pelo aumento da importância relativa de produtos agrícolas.

Uma análise de mesma natureza foi feita por De Negri e Alvarenga (2011), que apontaram a ampliação significativa, nos últimos anos, da participação das *commodities* primárias na pauta de exportações brasileiras, definindo a chamada reprimarização ou

---

<sup>16</sup> Ao se utilizar o termo reprimarização da pauta de exportação, não se pretende sugerir que necessariamente haja uma redução da venda de bens industrializados, mas sim que seu aumento tem sido inferior ao crescimento das exportações de produtos básicos (BASTOS; GOMES, 2011).

especialização reversa. Segundo dados do MDIC (2013), a participação dos produtos não industriais nas exportações brasileiras cresceu de 16% para 40% entre 1996 e 2011. Destaca-se, assim, um movimento de insulamento de setores econômicos de alta competitividade, intensivos em recursos naturais – que tem como contraparte o ‘desaparecimento’ de outros –, o que se traduz em simplificação, tendo como eixo dinâmico os segmentos de *commodities* primárias. Esta especialização reversa constituiria uma das expressões-chave da dependência externa da economia nacional, sendo a atividade extrativa mineral seu principal motor na atualidade.

O aprofundamento da avaliação do comportamento das exportações de *commodities*, porém, demonstra o relevante papel desempenhado pelo setor mineral. Por exemplo, em 2009, apenas a indústria extrativa mineral respondeu por cerca de 20% das exportações brasileiras e a mais de 60% do saldo da balança comercial. Neste setor, é o segmento de bens primários que se destaca; as *commodities* primárias equivaleram, à soma das exportações e do saldo conjunto dos bens semimanufaturados, manufaturados e compostos químicos (DNPM, 2010, p. 48). Por sua vez, a participação relativa dos minerais metálicos, (90% do valor exportado) excedeu grandemente a dos minerais não-metálicos (9,5%), gemas e diamantes (0,4%) e minerais energéticos (0,1%) (DNPM, 2010, p. 52). Dentro desse contexto, Squeff (2012, p. 45) argumenta que “os resultados da balança comercial brasileira têm se mantido positivos somente por conta dos superávits dos produtos não manufaturados” e esta inserção regressiva seria uma das expressões-chave da dependência externa da economia nacional.

Todavia, a principal crítica à validade da tese da especialização reversa da economia nacional diz respeito ao fato de que, embora efetiva, a reprimarização estaria ocorrendo apenas ao nível da pauta exportadora. Entretanto, um olhar mais detido revela que, em realidade, o referido processo, apesar de recente, afeta diretamente a composição do setor secundário, assim como a qualidade de sua participação no PIB. Assim, enquanto as atividades da construção civil e da produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana mantiveram sua participação constante entre 2000 e 2011 (de 5,5% para 5,8% e de 3,4% para 3,1%, respectivamente), observou-se uma ascensão importante da indústria extrativa mineral, que ampliou sua participação no produto nacional de 1,6% para 4,1%. Não coincidentemente, a indústria da transformação decresceu em termos relativos de 17,2% para 14,6% (IBGE, 2012).

Sendo assim, os dados empíricos levantados apontariam para um movimento neodesenvolvimentista às avessas. O contexto descrito sugere que no caso brasileiro, políticas voltadas para a implementação deste modelo (fortalecimento do Estado, criação de infraestrutura, incentivo às exportações) estariam gerando consequências neoextrativistas. Este fenômeno, por si só, necessita de um aprofundamento que está além do escopo deste trabalho, embora três explicações primárias possam ainda ser delineadas: (1) a manutenção de núcleos de resistência neoliberais em centros de decisão do governo, (2) a inconsistência nas políticas industriais elaboradas durante esse período,

e (3) a exaltação das capacidades endógenas para promover a reestruturação da matriz industrial brasileira, juntamente ao descaso com os limites impostos pela economia global.

Primeiramente, deve-se considerar que o neodesenvolvimentismo, enquanto prática normativa, vem tentando se consolidar em um governo que, durante 17 anos, esteve sob o controle de pessoas que defendiam medidas neoliberais, muitas das quais, continuam influenciando decisões. Dentro desse contexto, a presença “núcleos de resistência” neoliberal em lugares-chave pode ser um fator que inviabilizaria a real concretização das propostas neodesenvolvimentistas, de modo que algumas de suas iniciativas seriam implementadas apenas parcialmente.

Nesse sentido, pode-se argumentar que o neodesenvolvimentismo teria sido instrumentalizado por grupos do governo associados ao neoliberalismo. Sendo assim, esses grupos permitiriam que iniciativas neodesenvolvimentistas fossem adotadas na medida em que permitissem a consolidação de setores *export-oriented*, enquanto outras áreas, às vezes mais caras aos estrategistas neodesenvolvimentistas, não se desenvolveriam. Em outras palavras, setores nos quais o país já possuísse vantagens comparativas (como as atividades extrativistas) e que permitissem uma rápida entrada de divisas, seriam fortalecidos, garantindo o pagamento dos juros da dívida pública. A principal forma de controle desse “desenvolvimentismo seletivo” seria a administração das taxas de câmbio e, principalmente, de juros.

Um caso emblemático do “neodesenvolvimentismo às avessas” seria a verticalização para trás da Companhia Siderúrgica Nacional S.A. (CSN). Símbolo do desenvolvimentismo brasileiro, a siderúrgica tem se tornado cada vez menos competitiva na produção de aço e intensifica seu perfil minerador; em 2011, por exemplo, a empresa teve mais da metade do seu resultado operacional decorrente da extração de minério de ferro no município de Congonhas (MG), e não da produção de aço (RIBEIRO, 2012).

Uma segunda explicação para a não consolidação das políticas neodesenvolvimentistas se daria pela inconsistência na definição de acordo sobre a racionalidade estruturante e os setores prioritários da política industrial nacional. Conforme apresentado no Quadro 1, em apenas oito anos, o Brasil construiu três programas para orientação de sua política industrial, sendo os três distintos com relação à sua lógica, bem como aos setores considerados prioritários. Essa constante alteração de foco poderia explicar, ao menos em parte, a dificuldade de se estabelecer de fato um grupo de setores que fossem alvo de políticas explícitas de apoio por parte do Governo Federal, por um período suficientemente longo.

Como muitos dos setores tidos como “estratégicos” têm como base a extração de recursos minerais, apoios parciais e intermitentes tenderiam a fortalecer ainda mais as etapas já estabelecidas das cadeias produtivas, porém não dariam oportunidade para o estabelecimento das atividades mais intensivas em tecnologia, uma vez que estas

precisam de estímulos de longo prazo para surgir e se consolidar. Essa não seria a primeira vez na história do país que políticas desenvolvimentistas incompletas aprofundaram o perfil extrativo de um setor. Este, por exemplo, foi o caso do Programa Grande Carajás (PGC) que, em sua concepção original, argumentava que a implantação de 22 produtoras independentes de ferro gusa, sete unidades de ferroligas e uma unidade de silício metálico seria suficiente para induzir o surgimento de um grande polo minero-metalúrgico, incluindo fábricas de bens de capital e bens finais (CARVALHO, 2001). Passados quase 30 anos, o projeto, entretanto, ficou limitado a uma grande mina, uma ferrovia, um porto e 17 guseiras, que produzem, de forma intermitente, bens semi-acabados exclusivamente para exportação.

Em terceiro lugar, a perspectiva normativa do neodesenvolvimentismo poderia ser questionada pelo fato de, aparentemente, ignorar em suas propostas limites estruturais impostos pelo contexto econômico atual. Considerando o papel hegemônico da China e de outros países asiáticos como principais fornecedores globais de produtos manufaturados, a possibilidade de industrialização por meio dos setores tradicionais, como muitos daqueles defendidos pelos neodesenvolvimentistas, pode ser considerada como pouco provável.

A demanda inaudita da revolução industrial chinesa deu origem a uma nova configuração da demanda mundial por *commodities* primárias, a qual o Brasil se encontra em uma posição singular para explorar em face de suas vantagens comparativas, reforçadas por diferentes ciclos ideológicos da política econômica (DELGADO, 2010). Nesse sentido, as políticas neodesenvolvimentistas intermitentes mencionadas anteriormente, como a constituição de infraestruturas logístico-produtivas voltadas à ampliação dos saldos da balança comercial e o apoio à constituição das novas “transnacionais brasileiras”, tenderiam a consolidar ainda mais a inserção subordinada do país. No caso específico da indústria extrativa mineral, o aumento da exportação dos minérios deve-se especialmente ao “efeito China”, sendo seu crescimento econômico identificado como principal causa da elevação dos preços das *commodities* (PRATES, 2007). O impacto deste crescimento na pauta de exportação do Brasil foi verificado por Bastos e Gomes (2011), que estimaram que o efeito estrutura combinada<sup>17</sup> da exportação do minério de ferro do Brasil para a China variou 1.491% entre 1997/1999 e 2007/2009. Dentro desse contexto, a Vale, principal “transnacional brasileira”, vem recebendo importantes aportes financeiros, em particular do BNDES, para ampliar a extração em Carajás (mina S11D) e reduzir seus custos logístico pela duplicação da Estrada de Ferro Carajás (EFC).

Sendo assim, argumentamos que, sejam pelos motivos apresentados acima, seja por outros motivos que fogem à nossa análise, o neodesenvolvimentismo não tem conseguido gerar os resultados prometidos. Na verdade, suas políticas monetária, de comércio internacional e industrial parecem estar consolidando um perfil neoextrativista no país,

---

<sup>17</sup> As autoras definem o efeito estrutura combinada como sendo a evolução relativa de cada mercado de destino ponderada pela importância relativa dessa parcela de mercado para o Brasil.

tais como o aumento da participação das indústrias extrativas na economia brasileira e na sua pauta de exportação. O aprofundamento deste perfil pode gerar uma série de desafios econômicos para o país no longo prazo, uma vez que algumas análises identificaram que muitas das economias dependentes recursos naturais têm apresentado baixo crescimento, ou mesmo crescimento negativo (SACHS; WARNER, 1997; DAVIS; TILTON, 2005; PUGA, 2007). Essa relação tem sido conceituada, de forma geral, pela ideia da “maldição dos recursos naturais”, que estaria associada a uma série de fenômenos específicos, entre eles a deterioração dos termos de troca, a elevada volatilidade dos preços dos recursos naturais, a monotonia econômica e a “doença holandesa” (MORGAN; SAPSFORD, 1994; SAPSFORD; BALASUBRAMANYAM, 1994; DAVIS; TILTON, 2005; ACOSTA, 2011). O aprofundamento destes elementos está além do escopo deste trabalho, já tendo sido objeto de análise prévia (cf. MILANEZ; SANTOS, 2013).

Olhando para além de sua dimensão econômica, o modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil nos últimos anos parece também gerar uma série de tensões socioambientais. Análises sobre a implantação de práticas neoextrativistas em diferentes países da América Latina indicam que elas estão associadas a processos de distribuição desigual dos recursos e serviços ambientais, bem como de repartição injusta dos riscos ambientais, e estão ainda nas origens de conflitos descritos e denunciados por movimentos que lutam por justiça ambiental (PORTO; MILANEZ, 2009). No caso brasileiro, se percebe que salvo pequenas diferenças referentes à (in)flexibilidade na localização dos empreendimentos, projetos de cunho neodesenvolvimentista vêm gerando conflitos de mesma natureza. Em parte, tal consequência se deve ao fato de muitos de tais projetos se concentrarem em atividades de baixa intensidade tecnológica e também intensivos em recursos naturais e poluição.

Indústrias com essas características tendem a causar impactos negativos relevantes sobre os territórios onde se localizam. No contexto do Brasil e de outros países latino-americanos, esses impactos, ao contrário de serem mitigados, são acentuados. Ademais, o fato de os governos na região terem flexibilizado as exigências ambientais para implantação desses projetos como estratégia para estimular o crescimento econômico apenas reforça a dimensão dos riscos ambientais envolvidos nestes setores (GUDYNAS, 2012a; 2012b).

As atividades de extração e beneficiamento primário de recursos naturais produzem mudanças significativas nos territórios. Nas áreas rurais tendem a causar poluição atmosférica, contaminação hídrica, desmatamento e erosão; já nas regiões urbanas, os efeitos incluem inchaço urbano, favelização, aumento da violência, exploração sexual e sobredemanda dos serviços públicos de saúde, saneamento e segurança. Nesse sentido, as comunidades locais tendem a arcar com a maioria dos impactos negativos, enquanto que grande parte dos benefícios é concentrada pelas empresas, ou pelos governos nacionais,

caracterizando amplo desequilíbrio na distribuição dos benefícios e prejuízos gerados (DAVIS; TILTON, 2005).

Além dos impactos sociais e ambientais mencionados, outros problemas surgem quando essas atividades implantam enclaves produtivos em áreas remotas. Nessas situações, elas ainda causam a fragmentação territorial, deslocando comunidades locais e inviabilizando formas tradicionais de reprodução social. Problemas dessa natureza são muitas vezes ignorados pelo poder público, porque Estados profundamente focados no crescimento econômico, de forma geral, desconsideram demandas não econômicas, tais como aquelas baseadas em valores culturais ou religiosos. Pelo contrário, quando alguma reivindicação é feita, os debates são limitados ao valor das compensações econômicas e à definição dos grupos passíveis de receber compensações (GUDYNAS, 2012a).

Dentro desse contexto, empreendimentos justificados a partir do crescimento econômico são muitas vezes legitimados como sendo de “interesse nacional”. Considerando que as demandas concorrentes e questionamentos ao modelo são muitas vezes feitos por grupos numericamente pequenos e marginalizados no contexto nacional, tais movimentos são, em grande medida, desqualificados pelos governos centrais, sendo definidos como “políticos”, “radicais” ou, ainda, identificados como práticas de “antidesenvolvimento” (GUDYNAS, 2012a). Sendo assim, a postura geral, conforme resumida por Bebbington (2009, p. 19), consiste em afirmar que “os recursos pertencem à nação e não a uma comunidade indígena ou local” e que “eles serão desenvolvidos, [de modo que] as consultas serão apenas um processo administrativo, e as discordâncias não serão permitidas”.

Sendo assim, a forma como o modelo neodesenvolvimentista vem sendo implementado no Brasil, se aproxima de padrões neoextrativistas, não apenas do ponto de vista de reprimarização da economia, como também pela natureza dos impactos causados sobre as populações e o meio ambiente. Apenas a título de ilustração, uma consulta ao Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, aponta 85 casos relacionados à mineração no país e 71 casos vinculados, direta ou indiretamente ao beneficiamento mineral (FIOCRUZ, 2013); da mesma forma, uma pesquisa semelhante ao Mapa de Conflitos Ambientais de Minas Gerais indica 39 conflitos ligados à mineração e 14 associados apenas à siderurgia (GESTA/UFMG; NINJA/UFSJ; PPGDS/UNIMONTES, 2013). Sendo assim, o aprofundamento de um modelo focado no crescimento ilimitado, seja de base neoextrativista, seja com perfil neodesenvolvimentista, tende a intensificar conflitos em diferentes territórios, sendo necessárias estratégias que permitam a superação de tais modelos.

## **5 Considerações finais**

Como considerações finais, este *paper* propõe um conjunto de três reflexões, alimentadas pela abordagem analítica do neodesenvolvimentismo e do neoextrativismo, que precisam ser desenvolvidas posteriormente. Tais reflexões dizem respeito aos conflitos

socioambientais associados à operacionalização dessas possibilidades de paradigmas, à dependência de trajetória institucional característica dos momentos de transição entre eles e, finalmente, à necessária democratização dos processos da formulação e implementação dos projetos de desenvolvimento.

Primeiramente, apreender as distinções-chave entre os paradigmas do neodesenvolvimentismo e neoextrativismo – entendidos como possibilidades concretas de superação do neoliberalismo na América Latina nos anos 2000 – remete aos tipos de conflitos socioambientais que ambos vinculam. Assim, considerar a importância relativa de estratégias centradas seja na indústria de bens de baixa intensidade tecnológica seja na indústria extrativa implica reconhecer diferentes graus de rigidez locacional dos empreendimentos econômicos e, portanto, a emergência de padrões diversos de conflito no território.

A dependência ou enraizamento territorial relativos de empreendimentos minerais e industriais de base, por exemplo, tende a se refletir sobre tipos de conflito de formas específicas, à medida que projetam graus de intensidade variados sobre a disputa de bens naturais, comuns e econômicos. Por exemplo, estima-se que, por sua rigidez locacional máxima, “as atividades de mineração estimulam mais disputas sobre a terra do que qualquer outra indústria” (BAKHEIT, 2005), enquanto a transformação de bauxita em alumina, primeira etapa da produção de alumínio, tende a ser considerada uma das principais atividades econômicas em eletro-intensidade e, portanto, indiretamente responsável por conflitos em torno de sua geração e distribuição (HENRIQUES; PORTO, 2013).

A formulação e a integração de tipologias acerca dos tipos de empreendimentos potencialmente conflituosos e dos conflitos socioambientais em si parecem constituir, assim, um caminho estimulante para a compreensão das possibilidades e limites econômicos e socioambientais dos paradigmas ideopolíticos e das estratégias de desenvolvimento econômico a eles associadas.

Não obstante, e ingressa-se, assim, no segundo argumento, as formas sociais da formulação e execução das estratégias de desenvolvimento são profundamente resilientes. Não surpreendentemente, a política industrial ensaiada no Brasil com a PITCE, a partir de 2003, vai sendo progressivamente ampliada de modo a incluir segmentos industriais tradicionais mobilizados em torno de interesses corporativos, de modo que o paradigma neodesenvolvimentista brasileiro carrega marcas da trajetória desenvolvimentista difíceis de apagar. Do mesmo modo, a permanência de uma política monetária operada a partir de um núcleo dirigente remanescente do período neoliberal problematiza as condições de transição entre paradigmas e estratégias. Desse modo, o neodesenvolvimentismo brasileiro assume um caráter às avessas, aproximando-se progressivamente do neoextrativismo latino-americano.



Em realidade, mesmo modelos de crescimento centrados na promoção de indústrias de bens de alta intensidade tecnológica e, em potencialmente, reduzido impacto socioambiental, se efetivam sobre estruturas socioculturais precedentes e, em especial, dotadas de capacidade de arrasto institucional relevante.

Nesse sentido, exemplos de projetos de diversificação da matriz energética de orientação 'limpa', como de energia eólica, vêm sendo executados ao longo da costa do Ceará a partir de parques eólicos extensos, impactando, principalmente, comunidades tradicionais da perspectiva da apropriação de terras públicas e privadas, do comprometimento de recursos aquíferos, da transformação sociocultural, da saúde física dos residentes, dentre outros (MEIRELES, 2011).

Igualmente, o incentivo à redução do uso de petróleo em favor da produção de agrocombustíveis e, em particular, de biodiesel, tem sido operacionalizado a partir da concentração da produção agrícola em oleaginosas (a soja, em especial), impactando negativamente estruturas produtivas regionais e, em especial, a produção de alimentos. Reflete, assim, a subordinação da diversidade ecológica e cultural territorial ao monocultivo dependente de insumos técnicos, como agrotóxicos (PORTO; MILANEZ, 2009).

Processos de transição a partir do decrescimento planejado das atividades extrativistas e industriais de baixa intensidade tecnológica deveriam, assim, ser acompanhados de estímulos a modos de produção que tenham um menor impacto sobre os territórios e populações (ACOSTA, 2011). Fundamentalmente, é mister refletir sobre como realizar tais atividades e, especialmente, como integrar o debate sobre conservação de bens naturais e preservação da diversidade sociocultural nas estratégias de desenvolvimento.

Nesse sentido, como argumento final, o trabalho advoga a necessidade de discutir modelos de democratização dos paradigmas e estratégias de desenvolvimento econômico, associados a sua formulação e execução a partir de diversos focos, ainda que reunidos sob a indústria de bens de alta intensidade tecnológica. Em realidade, os modelos hegemônicos tecnocrático e acionário (*shareholder*), sob diversos paradigmas ideopolíticos, têm se mostrado incapazes de suprimir seus efeitos econômicos negativos e, principalmente, têm conferido tons dramáticos a muitos dos conflitos socioambientais centrados em empreendimentos econômicos.

Portanto, independentemente do enfoque estratégico das políticas de desenvolvimento econômico, a agência de grupos e classes sociais afetados e interessados (*stakeholders*) deve ser priorizada, em detrimento das premissas do crescimento ilimitado e do interesse nacional, nos processos de sua efetivação. Compreende-se, assim, que formas de equacionamento do desequilíbrio estrutural entre agentes econômicos, políticos e sociais nas decisões e operações econômicas devem ser endereçadas prioritariamente, sob o risco de os inevitáveis conflitos socioambientais minarem, progressivamente, paradigmas e estratégias potencialmente virtuosas de desenvolvimento.

Uma transição socioeconômica ‘virtuosa’ dependerá, essencialmente, de apoio amplo e diversificado. Todavia, as evidências sugerem que mudanças desse porte, exigem larga mobilização popular para que as regras do jogo sejam modificadas, mobilização essa que, às vezes, somente surge a partir do acúmulo de uma série de conflitos locais (BEBBINGTON, 2009). Acredita-se que sua politização possa produzir rupturas essenciais com a trajetória insustentável dos paradigmas e estratégias hegemônicos.

## Referências bibliográficas

ACOSTA, A. Extractivismo y neoextractivismo: dos caras de la misma maldición. In: GRUPO PERMANENTE DE TRABAJO SOBRE ALTERNATIVAS AL DESARROLLO. **Más alla del desarrollo**. Quito: AbyaYala, Fundación Rosa Luxemburg, 2011.

ALBAVERA, F. S. **El desarrollo productivo basado em la explotación de los recursos naturales**. Santiago de Chile: CEPAL. 2004

ALMEIDA, L. F. R. Entre o nacional e o neonacional-desenvolvimentismo: poder político e classes sociais no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, v.112, p.689-710. 2012.

ALTVATER, E. The growth obsession. In: PANTICH, L.; LEYS, C. **Socialist register: a world of contradictions**. London: Merlin Press, 2002. p.73-92.

BAKHEIT, T. Mining & land access issues in South African mineral laws. **CEPMLP Annual Review**, v.9. 2005.

BARROCAL, A. Minério por escolas. **Carta Capital**, p. 22-26. 20 Fev, 2013.

BARTON, J. R. Eco-dependency in Latin America. **Singapore Journal of Tropical Geography**, v.27, n.2, p.134-149. 2006.

BASTOS, P. P. Z. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. **Economia e Sociedade**, v.21, n.Especial, p.779-810. 2012.

BASTOS, S. Q. A.; GOMES, J. E. Modificações na estrutura das exportações brasileiras: análise diferencial-estrutural para o período de 1997 a 2009. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**, v.6, n.11, p.111-132. 2011.

BEBBINGTON, A. The new extraction: rewriting the political ecology of the Andes? **NACLA Report on the Americas**, v.42, n.5, p.12-20. 2009.

BOYER, R. **A teoria da regulação: uma análise crítica**. São Paulo: Nobel. 1990

BRESSER-PEREIRA, L. C. O novo desenvolvimentismo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 Set.

\_\_\_\_\_. Novo-desenvolvimentismo e ortodoxia convencional. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. **Nação, câmbio e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p.55-93.

\_\_\_\_\_. A taxa de câmbio no centro da teoria do desenvolvimento. **Estudos Avançados**, v.26, n.75, p.7-28. 2012.

BRIDGE, G. Mapping the bonanza: geographies of mining investment in an era of neoliberal reform. **The Professional Geographer**, v.56, n.3, p.406-421. 2004.

CACCIAMALI, M. C.; BOBIK, M.; CELLI JR., U. Em busca de uma nova inserção da América Latina na economia global. **Estudos Avançados**, v.26, n.75, 2012 p.91-110. 2012.

CAMPOS, E. **Copom eleva taxa Selic a 8,50% ao ano**. 2013. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/3194016/copom-eleva-taxa-selic-850-ao-ano>. Acesso em 12 ago 2013.

CANO, W.; SILVA, A. L. G. **Política industrial do governo Lula**. Campinas: Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, v.181. 2010

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: LTC. 1970

CARVALHO, G. O. Metallurgical development in the Carajás area: a case study of the evolution of environmental policy formation in Brazil. **Society & Natural Resources**, v.14, n.2, p.127-143. 2001.

CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, v.112, p.613-636. 2012.

DAVIS, G. A.; TILTON, J. E. The resource curse. **Natural Resources Forum**, v.29, n.3, p.233-242. 2005.

DE NEGRI, F.; ALVARENGA, G. V. A primarização da pauta de exportações no Brasil: ainda um dilema. **Radar Tecnologia, Produção e Comércio Exterior**, n.13, p.7-14. 2011.

DELGADO, I. G. Desenvolvimento, empresariado e política industrial no Brasil. In: LEOPOLDI, M. A.; MANCUSO, W. P.; IGLECIAS, W. **Estado, empresariado e desenvolvimento no Brasil: novas teorias, novas trajetórias**. São Paulo: Editora de Cultura, 2010. p.115-141.

DNPM. **Anuário Mineral Brasileiro 2010**. Brasília: Departamento Nacional de Produção Mineral. 2010

DOERING, H.; SANTOS, R. S. P. **Post-developmental State and steel sector: is it possible to talk about a new Brazilian developmental path?** SLAS Conference 2011. Saint Andrews: Society for Latin American Studies. 8 - 10 Abr, 2011.

EVANS, P. **A tríplice aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1980

FIOCRUZ. **Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e Saúde no Brasil**. 2013. Disponível em: <http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/>. Acesso em 06 Ago 2013.

FOLHA ONLINE. **Governo vai destinar 100% de verba dos royalties de novos campos para educação**. 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1194133-governo-vai-destinar-100-de-verba-dos-royalties-de-novos-campos-para-educacao.shtml>. Acesso em 10 Mar 2013.

FROUD, J.; HASLAM, C.; JOHAL, S., et al. Shareholder value and financialization: consultancy promises, management moves. **Economy and Society**, v.29, n.1, p.80-110. 2000.

GESTA/UFMG; NINJA/UFSJ; PPGDS/UNIMONTES. **Mapa de conflitos ambientais de Minas Gerais**. 2013. Disponível em: conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br. Acesso em 06 Ago 2013.

GONÇALVES, R. Competitividade internacional e integração regional: a hipótese da inserção regressiva. **Revista de Economia Contemporânea**, v.5, n.Especial. 2001.

\_\_\_\_\_. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Serviço Social & Sociedade**, v.112, p.637-671. 2012.

GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. In: CAAP; CLAES. **Extractivismo, política y sociedad**. Quito: Centro Andino de Acción Popular; Centro Latino Americano de Ecología Social, 2009. p.187-225.

\_\_\_\_\_. Estado compensador y nuevos extractivismos. **Nueva Sociedad**, v.237, p.128-146. 2012a.

\_\_\_\_\_. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In: LÉNA, P.; PINHEIRO DO NASCIMENTO, E. **Enfrentando os limites do crescimento. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond; IRD, 2012b. p.303-318.

HENRIQUES, A. B.; PORTO, M. F. A insustentável leveza do alumínio: impactos socioambientais da inserção do Brasil no mercado mundial de alumínio primário. **Ciência & Saúde Coletiva**, n.No prelo. 2013.

IBGE. **Contas nacionais trimestrais: indicadores de volume e valores correntes**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2012

MATTEI, L.; SANTOS JÚNIOR, J. A. Industrialização e substituição de importações no Brasil e na Argentina: uma análise histórica comparada. **Revista de Economia**, v.35, n.1, p.93-115. 2009.

MDIC. **Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. 2003

\_\_\_\_\_. **Política de Desenvolvimento Produtivo** Brasília: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. 2008

\_\_\_\_\_. **Plano Brasil Maior**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. 2011

\_\_\_\_\_. **Exportação/importação brasileira dos setores industriais por intensidade tecnológica**. 2013. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1113&refr=608>. Acesso em 14 Mar 2013.

MEIRELES, A. J. A. Danos socioambientais originados pelas usinas eólicas nos campos de dunas do Nordeste brasileiro e critérios para definição de alternativas locais. **Confins**, v.11, p.1-23. 2011.

- MILANEZ, B.; HARGRAVE, J. O comércio internacional e a sustentabilidade socioambiental no Brasil. In: IPEA. **Sustentabilidade ambiental no Brasil: biodiversidade, economia e bem-estar humano - Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, v.7, 2010. p.565-613.
- MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P. Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. **Revista Pós Ciências Sociais**, v.no prelo. 2013.
- MORGAN, W.; SAPSFORD, D. Commodities and development: some issues. **World Development**, v.22, n.11, p.1681-1684. 1994.
- OREIRO, J. L. C. Novo-desenvolvimentismo, crescimento econômico e regimes de política macroeconômica. **Estudos Avançados**, v.26, n.75, 2012 p.29-40. 2012.
- PORTO, M. F.; MILANEZ, B. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.14, n.6, p.1983-1994. 2009.
- PRATES, D. M. A alta recente dos preços das commodities. **Revista de Economia Política**, v.27, n.3, p.323-344. 2007.
- PUGA, F. **A especialização do Brasil no mapa das exportações mundiais**. Rio de Janeiro: Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. 2007
- REUTERS. **Argentina busca más inversión petrolera con nuevo esquema de impuestos a exportación**. 2013. Disponível em: <http://ar.reuters.com/article/topNews/idARL1E9C725Z20130107>. Acesso em 10 Mar 2013.
- RIBEIRO, I. **Mineração de ferro garante lucro da CSN em 2011**. 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/2588888/mineracao-de-ferro-garante-lucro-da-csn-em-2011>. Acesso em 10 Mar 2013.
- SACHS, J. D.; WARNER, A. M. **Natural resource abundance and economic growth**. Cambridge, MA: Harvard Institute for International Development. 1997
- SAMPAIO JR., P. A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social & Sociedade**, v.112, p.672-688. 2012.
- SAPSFORD, D.; BALASUBRAMANYAM, V. N. The long-run behavior of the relative price of primary commodities: statistical evidence and policy implications. **World Development**, v.22, n.11, p.1737-1745. 1994.
- SCHAPER, M.; VÉRÈZ, V. O. **Evolución del comercio y de las inversiones extranjeras en industrias ambientalmente sensibles: Comunidad Andina, Mercosur y Chile (1990-1999)**. Santiago de Chile. 2001
- SCOTTO, G. **Estados nacionais, conflitos ambientais e mineração na América Latina**. 4o. Seminário de Pesquisa do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense. Campos dos Goytacazes: Universidade Federal Fluminense, 2011. p.

SICSÚ, J. **A distribuição da renda dez anos depois**. 2013. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/a-distribuicao-da-renda-dez-anos-depois>. Acesso em 12 Ago 2013.

SICSÚ, J.; PAULA, L. F.; MICHEL, R. Por que novo-desenvolvimentismo? **Revista de Economia Política**, v.27, n.4, p.505-524. 2007.

SIKKINK, K. **Ideas and institutions: developmentalism in Brazil and Argentina**. Ithaca: Cornell University Press. 1991

SQUEFF, G. C. **Desindustrialização: luzes e sombras no debate brasileiro**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2012. (1747)

TORRES, F.; GÓES, F. **BNDESPar concentra 89% dos investimentos em apenas 5 setores**. 2013. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/3044628/bndespar-concentra-ainda-mais-seus-investimentos>. Acesso em 14 Mar 2013.

UNCTAD. **Unctadstat**. 2012. Disponível em: <http://unctadstat.unctad.org/>. Acesso em 28 Dez 2012.

WILLIAMS, K. From shareholder value to present-day capitalism. **Economy and Society**, v.29, n.1, p.1-12. 2000.